

A centralidade do Estado na organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil: trajetória, dilemas e possibilidades

The centrality of the State in the organization of the Solidarity Economy Movement in Brazil: trajectory, dilemmas and possibilities

ARK CAICYT: <http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s23141174/yk5shvxf4>

Gustavo Moura de Oliveira¹

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – Universidad Autónoma de México – México

Adriane Vieira Ferrarini²

Programa de pós-graduação em Ciências Sociais – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Brasil

Resumo

O Movimento de Economia Solidária Brasileiro (MESB) se organizou nacionalmente como Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em 2003, diante da oportunidade aberta pelo projeto democrático-participativo do Partido dos Trabalhadores (PT) que chegara ao poder nacional. Nosso interesse primeiro neste texto é o de compreender a aposta do MESB na centralidade no Estado. Lançando mão de abordagens decoloniais latino-americanas e de estudos sobre autonomia, pretendemos repensar o passado, perceber o presente e ponderar cenários futuros do MESB. Perguntamos: Como interpretar a trajetória do MESB a partir de 2003? As teorias socialistas ajudam a explicar a opção pela centralidade no Estado? Como abordagens decoloniais podem contribuir para pensarmos os futuros possíveis do MESB? A metodologia consistiu de revisão da literatura e de pesquisa de campo com integrantes do MESB (entrevistas semiestruturadas e observação participante). Mediante distintos cenários políticos brasileiros (com seus respectivos padrões tendenciais de relações Estado-movimentos subalternos, a saber: integrativo-cooperado e violento-hostil), concluímos que a aposta no Estado significou o inevitável aproveitamento de uma oportunidade política única e socialmente construída pela cidadania. Contudo, se a centralização no Estado promoveu a constituição da economia solidária como sujeito político instituído e contribuiu para o seu fortalecimento, também a afastou dos territórios, sujeitos e práticas. A análise das múltiplas tradições de *buen vivir* (socialista-estatista, ecologista-pós-desenvolvimentista e indigenista-pachamanista) inter cruzada com diferentes tipos de autonomia (“para além”, “apesar” e “com” o Estado) convida o MESB a olhar hoje para além do Estado (mesmo sem perdê-lo de vista) num horizonte de futuras construções cidadãs.

¹ Correo electrónico: comanchi@hotmail.com

² Correo electrónico: adrianaferrarini@gmail.com

Palavras-chave:

ECONOMIA SOLIDÁRIA; MOVIMENTOS SOCIAIS; ESTADO;
TEORIAS DECOLONIAIS; AUTONOMIA

Abstract

The Brazilian Solidarity Economy Movement (MESB) was organized nationally as the Brazilian Solidarity Economy Forum (FBES) in 2003, thanks to the opportunity created by the participatory-democratic project of the Workers' Party (PT) that had come to power in Brazil. Our primary interest in this text is to understand MESB's commitment to centrality in the State. Using Latin American decolonial approaches and studies on autonomy, we intend to rethink the past, perceive the present and consider future scenarios for MESB. We ask how we can interpret MESB's trajectory since 2003? Do socialist theories help to explain the option for centrality in the State? How can decolonial approaches contribute to thinking about the possible futures of the MESB in a new participatory-democratic cycle? The methodology consisted of literature review and field research with MESB members (semi-structured interviews and participant observation). Looking at different Brazilian political scenarios (with their respective trend patterns of relations between State and subaltern movements, namely: integrative-cooperative and violent-hostile), we concluded that betting on the State meant the inevitable use of a unique and socially constructed political opportunity by citizenship. However, if centralization in the State promoted the constitution of the solidarity economy as an established political actor and contributed to its strengthening, it also distanced it from territories, actors and practices. The analysis of the multiple traditions of *buen vivir* (socialist-statist, ecologist-post-developmental and indigenist-pachamanist) intersecting with different types of autonomy ("beyond", "despite" and "with" the State) invites MESB to look today beyond the State (even without losing sight of it) toward a horizon of future citizen constructions.

Keywords:

SOLIDARITY ECONOMY; SOCIAL MOVEMENTS; STATE;
DECOLONIAL THEORIES; AUTONOMY

Fecha de recepción: 20 de agosto de 2021.

Fecha de aprobación: 20 de octubre de 2021

A centralidade do Estado na organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil: trajetória, dilemas e possibilidades

Introdução

A economia solidária é um campo formalmente constituído na América Latina dada a forte presença de múltiplas experiências econômicas voltadas à reprodução da vida (Coraggio, 1998; 2011) que envolvem grupos excluídos do trabalho formal (assalariado) e do acesso a direitos básicos. Este campo é também político e encontra-se em permanente consolidação e transformação por sua vinculação orgânica a dinâmicas locais e a um conjunto de constrangimentos dada sua posição contra-hegemônica. Em cada região e país latino-americano, os trabalhadores e demais sujeitos que compõem a economia solidária desenvolveram formas organizativas com identidades e dinâmicas próprias.

Neste contexto – que combina economia e política – o Movimento de Economia Solidária Brasileiro (MESB) se organizou nacionalmente em 2003 com a conformação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Tal organização foi precedida por experiências territorializadas de organização comunitária e de geração de trabalho e renda estimuladas pela Igreja Católica progressista, por organizações não-governamentais (ONGs) ligadas à mitigação da pobreza, por universidades (através de pesquisa e de incubadoras tecnológicas) e pelo Fórum Social Mundial (FSM). Este último foi fundamental para o reconhecimento dos sujeitos e para a consolidação identitária e estratégica do campo da economia solidária, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Naquele 2003, com o caminho aberto no Brasil pelo projeto democrático-participativo do Partido dos Trabalhadores (PT) que chegara ao poder nacional pela primeira vez com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), passou a prevalecer no MESB o diagnóstico do Estado como espaço contraditório a ser disputado: desde sua conformação até a atualidade, as ações do FBES centram-se em sua relação com o Estado.

A centralidade no Estado como característica marcante das táticas de ação não foi uma exclusividade da economia solidária, tendo sido também acionada por outros movimentos, desde os mais tradicionais (como o sindical e o de luta pela terra, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra ou do Movimento de Pequenos Agricultores) até os ditos movimentos identitários (como os movimentos de mulheres, da população negra e dos de luta pela diversidade de orientações sexuais e identidade de gênero), além de

outros como o de juventudes, o sanitarista e os de agroecologia ou de segurança alimentar, para citar alguns.

Neste cenário de sobreposições múltiplas, os movimentos se abasteceram do ideário socialista como combustível para suas ações, ou seja, como ferramenta à subjetivação e formação políticas que antecedem a ação. É interessante considerar, no entanto, que se para o ideário socialista os sindicatos e os partidos (primeiro os revolucionários e mais tarde estes e também os social-democratas) encontram importância central, no caso em análise, os militantes do MESB, seja apenas discursivamente ou na prática política mais ampla, precisavam agora imprimir maior ênfase à categoria de movimentos sociais. É neste contexto que se inaugura o já citado FBES, sujeito político-coletivo inscrito na gramática teórica e prática dos movimentos subalternos¹ e com potência aglutinadora e legitimidade diante do conjunto de experiências de economia solidária espalhadas ao redor do país.

Nosso interesse primeiro neste texto, considerando as breves reflexões já apresentadas, é o de tentar compreender esta aposta na centralidade no Estado no que toca ao conjunto de táticas acionadas pelo MESB, considerando o repertório de ação que ele tinha naquele momento – e o que tem hoje – a sua disposição. Lançando mão das reflexões encontradas na abordagem decolonial latino-americana, pretendemos repensar o passado, perceber o presente e ponderar cenários futuros para o MESB. Perguntamos: Como interpretar a trajetória do MESB a partir de 2003? O ideário socialista ajuda a explicar a opção pela centralidade no Estado? As contribuições da perspectiva decolonial podem ser úteis ao MESB na atualidade e no futuro? Respondemos, neste esforço, o objetivo e as questões mencionadas com base em revisão de literatura e em pesquisa de campo, através de observações participantes e entrevistas semiestruturadas com integrantes do MESB realizadas no

¹ Vale a pena esclarecer que o termo *subalterno* é aqui empregado junto à ideia de *movimentos sociais* no seio das discussões sobre a *condição subalterna latino-americana* (Oliveira, 2021). Consideramos a condição subalterna latino-americana como uma condição imposta por “agentes externos”. Luciana Ballestrin (2013), ao analisar o trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, do sul-asiático, comenta: “O termo ‘subalterno’ fora tomado emprestado de Antonio Gramsci e entendido como classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” pp.92-93. É neste mesmo sentido que utilizamos o termo. Portanto, no contexto deste trabalho, a chave para o entendimento dessa questão é o próprio processo colonial ainda vigente, com variações, desde 1492 até a atualidade.

âmbito da recente pesquisa de doutorado de um dos autores do presente texto (Oliveira, 2021).

1. Percurso histórico do Movimento de Economia Solidária Brasileiro (MESB)

A caminhada histórica do MESB precede a conformação do FBES como sujeito político-coletivo; sua trajetória nos leva de volta, pelo menos, à década de 1970. Antes do FBES as experiências de economia solidária no contexto brasileiro seguiram uma mesma tendência de aparecimento, crescimento e fortalecimento dos movimentos subalternos e dos partidos de esquerda que lutavam pelo fim da ditadura civil-militar e que começavam a alcançar êxito em suas ações a partir do início dos anos 1980.

Nesta esteira, não há como contar a história da economia solidária brasileira sem destacar o imbricamento de afiliações dos militantes (à movimentos, sindicatos, partidos de esquerda)(Silva y Oliveira, 2011) e também a importância de iniciativas como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), encabeçadas pela Igreja Católica, e os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), neste caso encabeçados pela Cáritas, organização ligada a mesma igreja; ambas, CEBs e PACs, fortemente influenciadas pela Teologia da Libertação (Collin, 2012; Mazzeo, 2014). Contextualmente falando, vale a pena destacar que, até a chegada do PT ao governo federal, pelo menos, o Estado brasileiro cabia dentro da ideia de Estado aparente (Zavaleta, 1986). Desta forma, nas falhas ou brechas do Estado, ou seja, nos locais em que ele não alcançou consolidar-se e onde suas políticas públicas e infraestrutura não estavam, algo havia no lugar. As igrejas, com destaque para a católica até os anos 1990, ocuparam aquelas brechas de diferentes formas ao longo do tempo.

Desde antes de passarem a ser chamadas de economia solidária, o conjunto de experiências de organização das populações subalternas em torno da geração de trabalho e renda já eram uma realidade por todo o país – entre as décadas de 1970 e 1980. Com o reconhecimento de tais experiências em torno da ideia de economia solidária, já na década de 1990, o nascente movimento focava-se mais em ações territorial-comunitárias enquanto apenas dava uns poucos sinais de uma articulação de nível nacional. Da metade para o final daquela década se aproximam das CEBs e dos PACs, enquanto entidades vinculadas à economia solidária, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), fundada em 1961, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), de 1981, e o governo do

Estado do Rio Grande do Sul (RS), na figura do ex-governador Olívio Dutra, do PT (1999-2002).

Ainda na década de 1990 foram criadas a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), em 1994, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), em 1998, e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), também de 1998; além dos fóruns estaduais de economia solidária no Rio Grande do Sul (RS), em Pernambuco (PB), em São Paulo (SP) e em Minas Gerais (MG). Este conjunto de entidades, já percebendo a possibilidade de incisão da sociedade civil na gestão pública federal em função do fortalecimento do PT como protagonista desta alternativa, abriram caminho para o FBES e para a ação institucional (Dowbor, 2012) como uma das táticas de ação do movimento, então em pleno processo de articulação e conformação.

O primeiro FSM, realizado em Porto Alegre em 2001, apareceria na trajetória do MESB com duplo significado, tratando-se de um divisor de ciclos, de períodos históricos. Por um lado, inaugurou uma forma de movimento alterglobalização mundialmente conectado, foi uma espécie de momento de dizer “basta!” ao neoliberalismo no mundo e, no contexto brasileiro, ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC); ainda que não nos moldes tradicionais de acento no confronto, mas, a partir do diálogo e das discussões da diversidade dos sujeitos e proposições contra-hegemônicas. Por outro lado, se esse primeiro significado do FSM na trajetória do MESB tem que ver mais com uma ideia de “até o FSM”, o segundo significado tem tudo que ver com o “depois do FSM”. Foi no FSM que se estabeleceram as primeiras articulações mais sólidas para a posterior formalização do FBES como sujeito político-coletivo aglutinador e legítimo para representar o conjunto de experiências da economia solidária brasileira. Ou seja, o significado até o FSM é aquele que se relaciona com as articulações do MESB com outros movimentos de alcance global, enquanto o significado de depois do FSM se relaciona a sua própria organização. Todos os 16 sujeitos entrevistados na pesquisa que originou este texto (sendo 12 do movimento e 4 ligados ao Estado, com passagens pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, a SENAES) lembram do *Barracão da Economia Popular Solidária e Autogestão* naquele FSM como o lugar e o momento do pontapé inicial do processo de conformação do FBES.

No FSM os sujeitos individuais e coletivos, aqueles já mencionados e outros tantos, também definiram a composição do Grupo de Trabalho da Economia Solidária (popularmente chamado apenas de GT

Brasileiro) que foi a instância que organizou as três primeiras Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES). Já foram cinco PNEs realizadas: (i) dezembro de 2002, em São Paulo, com 200 participantes; (ii) durante o FSM de 2003, em Porto Alegre, com 800 participantes; (iii) junho de 2003, em Brasília, com 830 participantes – processo que encaminhou a criação do FBES; (iv) março de 2008, em Luziânia, com 400 participantes; e, (v) dezembro de 2012, também em Luziânia, com 600 participantes.

Pouco mais de um ano depois do primeiro FSM, em janeiro de 2003, o ex-presidente Lula inauguraria um novo momento político não antes experiência do na história brasileira e que não seria desperdiçado pelo MESB. As experiências de participação institucional no nível local, à época com cerca de 10 anos de experimentação em diversos municípios –e mesmo em alguns estados da federação–, cobriam seus espaços também na realidade nacional a partir de 2003. Ainda em 2002, percebendo tal tendência, o MESB iniciou dois esforços paralelos e combinados. Um deles foi a própria conformação do FBES como sujeito político-coletivo capaz de reivindicar-se representante legítimo do conjunto de experiências que já se reconheciam naquele momento histórico como experiências de economia solidária. O segundo esforço foi, desde antes mesmo da conformação do FBES, ainda como GT Brasileiro, o de incidência junto ao governo eleito para a criação de uma institucionalidade própria de nível nacional para a economia solidária; daí nasceria a SENAES.

Importa destacar que, no contexto da trajetória aqui exposta, quando o Estado passa a ser um dos interlocutores principais de um movimento, determinadas regras e formas de funcionamento (do Estado) atravessam as dinâmicas do movimento, como foi com o MESB já que a criação do FBES se deve, em grande medida, à necessidade de afirmação de um sujeito político-coletivo que pudesse representar o movimento em suas interações com o Estado. A interação do MESB com o Estado, em nível nacional, exigiu a criação de níveis de representação, de centralização da informação e de adequação do movimento aos “tempos do Estado”, características essas muito mais típicas dos sindicatos e dos partidos de esquerda do que dos movimentos sociais contemporâneos.

Esquema 1. Segmentos e instâncias constituintes do FBES.



Fonte: site do FBES na internet.

Como se pode ver no Esquema 1, o FBES é composto a partir de três diferentes segmentos: os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e a Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária (Rede de Gestores). Quanto à organização em si, estes três segmentos integram os fóruns locais, que definem representações para os fóruns estaduais, macrorregionais e brasileiro. O FBES, como sujeito político-coletivo legitimado para responder pelo conjunto da economia solidária brasileira, se organiza através de uma coordenação nacional, tal qual na Tabela 1, assim como através de uma coordenação executiva que conta com 13 representantes, sendo sete de EES, cinco de EAF e uma da Rede de Gestores.

Tabela 1 – Organização nacional do FBES

	Segmentos	Cadeiras	Distribuição das cadeiras
Coordenação Nacional do FBES, composta por 98 representantes	Grupos de trabalho coletivo-associado	54	2 representantes por estado
	Entidades de Apoio e Fomento	32	1 representante de EAF estaduais por estado + 5 representantes de EAF nacionais*
	Rede de Gestores	12	2 representantes por região do país + 2 da SENAES

Fonte: Elaborado pelos autores (FBES, 2012).

Como tentamos mostrar com o Esquema 1 e com a Tabela 1, o FBES se expressa em um tipo de organização bastante semelhante à organização de sindicatos e partidos de esquerda de inspiração em certas tradições socialistas. Ao mesmo tempo em que valoriza e estimula a diversidade cultural e de posições internas, termina diante da necessidade de definição de uma ou outra posição para que seja possível a própria dinamização da organização do movimento por seu envolvimento com questões e oportunidades de âmbito estatal-nacional; daí a necessidade da definição de representantes e da centralização de informações e mesmo das tomadas de decisão. Embora referendada pelas PNES, essa forma de organização do movimento foi tema de intensas disputas durante a IV (2008) e a V (2012) plenárias. Nesta esteira, duas discussões merecem destaque: o questionamento à presença dos gestores públicos no interior do MESB e, especialmente na V PNES, as reflexões ao redor da perspectiva decolonial como projeto de sociedade que poderia expressar um certo socialismo autogestionário em comunhão com o meio ambiente a partir da ideia de *buen vivir* (FBES, 2012).

Diante da diversidade e amplitude de temas que foram discutidos nas cinco plenárias já realizadas, gostaríamos de chamar a atenção para mais uma discussão que acompanhou os debates da V PNES, que tem que ver com a reflexão sobre a experiência da economia solidária brasileira se tratar ou não de uma experiência de movimento social. Reunidos em plenária, os sujeitos, para além de afirmarem-se como movimento, também discutiram o papel do FBES dentro dele. Até a realização da IV PNES, em 2008, tal discussão não havia sido realizada

em exaustão e o FBES acabava sendo confundido, deliberadamente ou não, como o próprio movimento. Por último sobre as PNES, vale a pena destacar que elas sempre foram espaços de discussões bastante amplas, por um lado, mas também estratégicas, por outro, já que são consideradas os espaços/instâncias de deliberação máxima do MESB. As profundas alterações de contexto político percebidas no Brasil a partir de 2015/2016, com destaque ao Golpe de 2016 que resultou no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), aceleraram uma certa disputa de concepções em torno dos rumos do movimento. Dada a proximidade (ou mesmo imbricamento) entre FBES, por sua vez o MESB, e a SENAES, o rebaixamento da secretaria à condição de subsecretaria – no governo Michel Temer, imediatamente depois do Golpe – e sua extinção em 2019, como parte do rearranjo institucional realizado por Jair Bolsonaro, provocou consequências importantes à economia solidária brasileira. Considerando que boa parte da organização do FBES era garantida financeiramente pela SENAES através de projetos/recursos executados pelas EAF, a extinção da secretaria representou um decréscimo relevante à capacidade de organização do FBES e, por sua vez, também às capacidades dos fóruns estaduais e locais.

Sem grandes alterações organizativas desde sua criação até a atualidade, a partir de 2016 permaneceria, por um lado, a abordagem de inspiração socialista que não abre mão da disputa do poder do Estado, o que condiciona o MESB a fortalecer instâncias de organização que consideram níveis de representação e que miram sempre para o nível nacional; no entanto, essa abordagem encontra-se bastante comprometida dada sua atual incapacidade financeira. Por outro lado, longe de estarem esgotadas do ponto de vista da reflexão do movimento, a perspectiva decolonial e o *buen vivir* aparecem como abordagens que privilegiam o âmbito territorial-comunitário de ação e que começaram a cobrar maior espaço na agenda do MESB desde a realização da V PNES, como se pode ver em seu relatório final (FBES, 2012).

Por fim, vale a pena destacar que desde 2016, com maior ênfase a partir de 2019, encontra-se em pleno desenvolvimento o processo de articulação e organização da VI PNES. Bastante comprometido pela pandemia de Covid-19 que assola o mundo desde janeiro de 2020, tal processo foi retomado com maior fôlego no primeiro semestre de 2021. Confirmando o diagnóstico acima mencionado, uma importante disputa de concepções salta aos olhos no interior das discussões de organização da plenária. De um lado, uma certa “ala sindical e partidária”, com presença massiva de militantes do PT, da Central Única dos

Trabalhadores (CUT), assim como de entidades aglutinadoras/centralizadoras ligadas à economia solidária¹ mantém o enfoque no nível nacional e, mesmo que indiretamente, vinculam a retomada da organização do MESB às eleições presidenciais de 2022. De outro lado, boa parte das EAF e redes nacionais como a dos Grupos de Consumo Responsável (Rede de GCRs), por exemplo, reivindicam um tipo de organização mais autônoma, no qual o FBES seja um sujeito muito mais articulador, lançando luz à organização de base territorial-comunitária com foco na [re]ativação econômica como estratégia política. A VI PNEs, prevista para o primeiro semestre de 2022, promete definir os rumos do MESB para o próximo período.

3. Economia solidária, socialismo, Mariátegui e a alternativa decolonial

A consolidação formal do MESB e sua historiografia não ocultam a complexidade da economia solidária na América Latina (mais especificamente, no Brasil), expressa pelas múltiplas possibilidades de compreensão e análise dos dilemas da sua organização política. A face visível da mobilização política da economia solidária pode ser bem interpretada pela lente do ideário socialista e das formas tradicionais de organização dos trabalhadores como classe social na luta por direitos. Esta face visível da organização política jogou nosso olhar para o Estado, enquanto a face visível do formato econômico nos conduziu às referências do associativismo e do cooperativismo rochdaleano – numa esteira dos legados do Norte global.

Entretanto, a forma politicamente instituída da economia solidária no Brasil e as iniciativas econômicas solidárias surgidas nas décadas de 1980 e 1990 como enfrentamento ao desemprego e de reprodução da vida em segmentos rurais e urbanos periféricos no Brasil são apenas a ponta de um *iceberg* que tem suas origens em práticas ancestrais do continente latino-americano. A economia solidária envolve aspectos históricos e identitários de uma economia pautada em princípios de solidariedade e autonomia presentes em muitas iniciativas que sequer foram identificadas oficialmente pelos mapeamentos nacionais, tampouco foram conectadas ao MESB. A economia solidária se materializa sob a forma de quilombos, coletivos rurais e urbanos e redes

¹ Como, por exemplo: a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), fundada ainda em 2004, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), de 2005, e a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), fundada mais recentemente, em 2014.

de ajuda mútua tradicionais, dentre inúmeras iniciativas formadas recentemente para o enfrentamento aos impactos imprevistos da pandemia de Covid-19.

Estas práticas contra-hegemônicas nos âmbitos político e econômico se encontram profundamente amalgamadas aos setores populares e às comunidades. Politicamente, são as formas autogestionárias de organização da vida em comum e do trabalho associado. Do ponto de vista econômico, trata-se da economia voltada à satisfação das necessidades e à reprodução ampliada da vida. Se há um conceito para expressar esta outra economia integrada à vida, ao território e à natureza e com capacidade de integrar estes dois mundos, este conceito é o *buen vivir*. Ainda que sob múltiplas denominações (Estermann, 2013; Acosta, 2016) e suas diferentes concepções – a serem aprofundados no final desta seção – o *buen vivir* ou *sumakkawsay* genericamente representa uma vida digna, ainda que austera, que concebe o bem-estar de forma holística, identificando-o com a harmonia com o entorno social (a comunidade), com o entorno ecológico (a natureza) e com o entorno sobrenatural (os Apus ou Achachi las e demais espíritos de um mundo encantado). No que concerne ao comunitarismo dos povos autóctones, suas bases históricas, ainda que também elas eventualmente idealizadas, remontam à tradição de gestão compartilhada dos recursos, às formas de trabalho coletivo (Recasens, 2014.).

É do esforço pela constituição de relações horizontais e de reciprocidade que a economia solidária encontra identidade com as tradições, saberes e práticas do Sul global, que as experiências das *mingas*, *minkas*, *tequios* ou mutirões bem expressam. Entretanto, a valorização da ancestralidade e a conexão com as práticas e tradições do socialismo do Norte no enfrentamento às condições degradantes de vida impostas pela expansão capitalista e na reinvenção de alternativas emancipatórias capazes de superar impasses atuais não é algo novo.

O peruano José Carlos Mariátegui La Chira, há um século atrás, foi um precursor a lançar este desafio. Mariátegui não abriu mão dos valores e ideais socialistas de justiça social e do protagonismo da classe trabalhadora na construção de alternativas, mas rejeitou a filosofia evolucionista, historicista, racionalista e um culto supersticioso à ideia de progresso. De acordo com Mariátegui (1970), encerrada em um pobre evolucionismo positivista, o modo de produção socialista seria uma inevitável consequência da exaustão das formas de expansão material e simbólica do capitalismo. Ademais, acrescentou o pensador peruano, esta concepção de história sequer está presente na realidade andina, pois tanto a “conquista” quanto a independência foram eventos políticos que não corresponderam a uma transformação radical da

estrutura econômica e social do Peru – reflexão que pode ser estendida aos países latino-americanos como um todo (Mariátegui, 2007; Fals Borda, 2009; Echeverría, 2000).

Na América Latina, o modo de produção agrário se funde a modernas formas de industrialização, mas a condição de vida dos indígenas, do povo negro e da classe trabalhadora não melhora. O Estado-nação, por sua vez, é norteado por um projeto que incorpora a burguesia nacional dependente do imperialismo capitalista, principalmente em sua atualização oligárquica. Imerso em formas patrimonialistas, clientelistas já apontadas por Mariátegui nas décadas iniciais do século XX, ainda que com avanços locais e temporários, os Estados latino-americanos grossos modos seguem em articulações ainda mais profundas e imprevisíveis com elites globais cada vez mais concentradas em capital e poder. No contexto brasileiro, tais articulações se manifestam em retrocessos impensados para a reprodução da vida, tanto através da redução da garantia de direitos de cidadania quanto da violação de políticas ambientais (Ferrarini y Ramos, 2021).

Frente às condições históricas e estruturais da América Latina, Mariátegui reivindicava um socialismo latino-americano que **não** fosse uma cópia do socialismo do Norte, mas uma criação heroica fñcada na própria realidade, com suas línguas e seus costumes (Coelho, 2013). No lugar de um socialismo importado que não caberia na realidade latino-americana e tampouco responde aos anseios dos trabalhadores periféricos e das comunidades tradicionais, Mariátegui propôs um socialismo andino, que “combina o pensamento socialista Europeu com a cosmovisão indígena, produzindo uma construção inovadora que envolveu uma perspectiva antieconômica, anti-positivista e anti-dogmática da teoria marxista” (Ferrarini y Ramos, 2021).

Para Mariátegui, é o mito que sustenta a alternativa socialista andina, ligado profundamente a um conceito de religião que é diferente daquele que a reduziu a ópio do povo ou ideologia como falsa consciência operada pelo marxismo hegemônico. O peruano afirmava que o mito está relacionado ao coletivismo, ou seja, seu centro está na vida comunitária e na garantia de sua reprodução material como parte da ordem cósmica que não se reduz à confiança nas instituições dos seres humanos, mas envolve uma espécie de comunhão religiosa e material com a natureza, com a terra e com as estrelas. O mito está profundamente relacionado à fé no ressurgimento indígena – que é capaz de sustentar o sentido de trocas não comerciais, de reverência profunda à integração do ser humano com a natureza e com o cosmos, do tempo de florescimento e colheita dos alimentos, das festividades e da vida boa.

Esta visão ancestral da vida não reifica e não aliena potencialidades. Pelo contrário [...] a relação entre o Sumak Kawsay e a Moral dos Produtores está relacionada à capacidade de liberar as possibilidades de gestão dos meios de produção, a satisfação material e espiritual da existência (Ferrarini y Ramos, 2021, s/p).

O comunitarismo de origem pré-colombiana enfatiza a reciprocidade e a solidariedade como princípios que determinam a comunidade, valores que são também compartilhados pelas organizações sindicais. A economia solidária igualmente combina uma crítica ao socialismo realmente existente, revivendo e buscando intransigentemente o exercício desafiador, mas emancipatório da autogestão (Brancaelone, 2019), assim como também contou (e em alguma medida ainda conta) com uma religiosidade católica socialmente comprometida no Brasil. Ambas apostaram no Estado. Entretanto, Kropotkin (apud Brancaelone, 2019), ao analisar os fenômenos sociais de cooperação existentes nas sociedades capitalistas modernas, revela que o Estado não poderia realizar a pulverização desejada em corpos isolados de formas de vida animadas pelo apoio mútuo, que se encontram em várias manifestações de vida comunal camponesa, elementos novos e antigos ainda florescendo.

A economia solidária brasileira se plasma em meio a um Estado marcado por descontinuidades, omissões e descaso, sendo os empreendimentos econômicos solidários – sob suas múltiplas formas de expressão – meios de substituição da provisão de proteção social primária negligenciada pelas políticas públicas. Não raras vezes mulheres constituem empreendimentos de economia solidária, em parte porque lhes possibilitam que trabalhem próximas aos filhos pequenos, visto não haver creche nas comunidades periféricas. Ou ainda, tais empreendimentos acolhem pessoas que seriam descartadas do mercado de trabalho por idade, deficiências, orientação sexual, etc. Há também a informalidade que caracteriza mais de 50% dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil (Gaiger y Grupo Ecosol, 2014), com produções à margem de qualquer tipo de marco legal e direitos trabalhistas. Portanto, a economia solidária brasileira, na prática, vai além dos contornos teóricos, políticos e institucionais que lhes constituem a identidade.

A partir da perspectiva decolonial que articula um projeto socialista com as características próprias dos povos latino-americanos, conforme anunciado por Mariátegui há um século atrás, como expandir as

reflexões sobre os impasses vividos pelo MESB hoje no Brasil? Como atualizar o desafio proposto pelo visionário Mariátegui? Como não desperdiçar a experiência vivida no Estado, mas também revalorizar a vida que pulsa nos territórios? A busca de respostas a tais questões se valerá de debates recentes e análises críticas refinadas que remetem a uma pluralidade de concepções de *buenvivir*, enriquecendo reflexões sobre futuros possíveis. A junção dos termos “*buen vivir*” não foi encontrada antes dos anos 2000 em tradições acadêmicas ou ancestrais. Herdada, imaginada ou *legitimamente inventada* (Faria, 2016), não deixa de ser legítima a busca por alguma referência que subsidie a ruptura com o paradigma de desenvolvimento neoliberal, cuja intensidade de devastação social e ambiental não pode mais ser retoricamente minimizada. Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2014), bem retratados por Faria (2016), destacam a existência de pelo menos três grandes correntes de pensamento dedicadas à elaboração do conceito de *buen vivir*, elencadas principalmente a partir das experiências políticas concretas dos Estados Plurinacionais no Equador e na Bolívia.

A primeira é a corrente *socialista e estatista*, a qual destaca que a gestão política do *sumakkawsay* e sua instrumentalização pelo Estado no sentido da busca de superação do capitalismo relega a um plano secundário as importantes questões ambiental, cultural e identitária. Esta corrente considera que, na consolidação de um sistema socioeconômico pós-capitalista, o conceito de *sumakkawsay* deve ser complementado por aportes do variado pensamento neomarxista contemporâneo. As principais críticas à corrente socialista-estadista de *buen vivir* dizem respeito à baixa sensibilidade para as questões ambientais e para as reivindicações e demandas dos povos indígenas, bem como à sua defesa do extrativismo.

A segunda corrente é a *ecologista e pós-desenvolvimentista*, cujo centro está na preservação da natureza e na construção participativa, integrando concepções e aspirações indígenas, camponesas, sindicalistas, cooperativistas, solidárias, feministas, pacifistas, ecologistas, teológico-liberacionistas e decolonialistas. Esta corrente propõe a construção de *alternativas ao desenvolvimento*, em vez de *alternativas de desenvolvimento* (Gudynas, 2011; 2013; Santos, 2002). As críticas a esta visão voltam-se à suposta falta de pragmatismo, constituição de um “ecologismo infantil” e desvirtuamento do caráter ancestral do *sumakkawsay* dada a combinação de elementos das cosmovisões indígenas e da razão ocidental (Faria, 2016).

A terceira, a corrente *indigenista e “pachamamista”*, se caracteriza pela relevância concedida aos povos indígenas e pela valorização da cosmovisão andina, que é relacional, biocêntrica (ao

invés de antropocêntrica), baseada na reciprocidade e na *convivencialidade* e lastreada por uma concepção de tempo circular (e não linear). A dimensão espiritual é central na [re]criação da supostamente harmoniosa convivência dos povos originários, que davam centralidade ao seu sistema de “comunismo primitivo”, com economia autossuficiente, comunitária, equitativa e sustentável. Esta corrente é vinculada ao pensamento indígena tradicional, originário ou pré-moderno. As críticas referem ao seu purismo, localismo e pachamamismo excessivos, caracterizando uma visão idealizada, um *esquema do passado* (Gudynas, 2011; Artaraz y Calestani, 2015; Recasens, 2014), uma *evasão mentalou utopia reacionária* que não serviria para lidar com os problemas atuais (Sánchez Parga, 2011; Faria, 2016).

A pluralização de concepções e práticas tornam ainda mais ricas as reflexões desde nossa realidade local ao lançarmos luzes sobre futuros que contemplem nossos anseios e potências, valorizando a identidade e resgatando a soberania dos povos latino-americanos. Nos lançaremos a este desafio *mariateguiano* aplicado à economia solidária (Ferrarini Ramos, 2021) através da conexão do debate plural e crítico do *buenvivir* (Artaraz y Calestani, 2015; Faria, 2016) com recentes estudos sobre autonomia em perspectiva ampla (Dinerstein, 2013; Souza, 2006; 2017; Oliveira; Dowbor, 2018; 2020a; 2020b) assim como no campo da organização político-econômico MESB (Oliveira, 2021).

4. Contextos políticos e a mirada das autonomias como contribuição teórico-política à economia solidária brasileira

Queremos começar esta seção por uma abordagem analítica. Nossas mais recentes investigações (Oliveira y Dowbor, 2018; 2020a; 2020b; Oliveira, 2021) nos levaram a, pelo menos, quatro pressupostos de partida ao redor das discussões sobre as autonomias: a autonomia a) como capacidade individual e coletiva de lucidez e reflexão (autonomia que é garantida pela lucidez e que provoca intermináveis reflexões sobre o próprio movimento e sobre ele projetado em perspectiva relacional); b) como marco da ação (autonomia que se expressa na ação e não como totalização do movimento); c) como uma categoria propriamente relacional (autonomia que só é possível na relação com algum outro, não sendo, portanto, possível que se manifeste em qualquer sorte de vazio); e, d) marcada por um duplo processo de negação-construção (autonomia como prática que analiticamente pode ser apreendida por seus duplos processos de negação e construção).

Essas características acima mencionadas, como se poderá ver, passariam a integrar o núcleo comum de nossas reflexões em torno da autonomia, permitindo que a sistematização conceitual se alargasse. Desta forma, considerando uma espécie de fusão entre as contribuições de Marcelo Lopes de Sousa (2006) e de Ana Cecilia Dinerstein (2013), foi possível pensar a autonomia em relação ao Estado desde três distintas possibilidades: a ação autônoma para além do Estado (negação de sua totalidade e construção de formas de organizar a vida em comum à sua margem); a ação autônoma apesar do Estado (negação de suas dinâmicas de funcionamento e construção de confrontos políticos extra institucionais que visam reconhecimento de direitos); e, a ação autônoma com o Estado (negação de suas políticas e construção de outras desde a participação institucional).

Dialogando mais diretamente com o terceiro pressuposto acima mencionado (autonomia como uma categoria propriamente relacional), entendemos que pensar na experiência da economia solidária brasileira – entendimento esse que, seguramente, se estende às experiências de outros movimentos subalternos do país – nos exige sistematizar minimamente os contextos políticos nos quais tais experiências se inscreveram. Esse exercício importa para que não sejam produzidas análises que desperdicem os contextos como variáveis objetivas que influenciam as ações dos movimentos. Além disso, também importa para que seja possível projetarmos cenários futuros. Isso tudo para contribuir àquela tarefa mais estritamente acadêmica do exercício de experimentação teórico-analítica, assim como ao que é próprio da ação política, já que o esforço do diagnóstico merece lugar de destaque em qualquer “manual” de organização e ação de movimentos. Dito isto, queremos primeiro focar aqui nos termos que Evelina Dagnino, Alberto Olvera e Aldo Panfichi (2006) desenvolveram para caracterizar os distintos projetos políticos nascentes (ou em francos processos de reinvenção) na América Latina da virada do século XX para o XXI: o projeto democrático-participativo, o projeto neoliberal e o projeto autoritário.

Nos resta mais ou menos claro que, considerando tal tipologia, a caracterização do Estado brasileiro desde 2003², é: governos Lula e

²Embora o nosso enfoque analítico-temporal neste trabalho alcance mais especificamente a trajetória do MESB de 2003 em diante, vale destacar que em trabalho recente, já mencionado (Oliveira, 2021), apresentamos um exame mais detalhado dos contextos políticos de 1995 à 2020, período aqui reduzido seja em função da limitação de espaço seja porque aqui nos interessava mais analisar o período a partir do qual se consolida no contexto da economia solidária brasileira aquele sujeito político-coletivo legitimamente nomeado como representante do MESB, ou seja, o FBES.

Dilma, projeto democrático-participativo; governo Michel Temer, projeto neoliberal; e, por último, governo Jair Bolsonaro, projeto neoliberal na fronteira com o autoritário³. Vale a pena assinalar que tais projetos, em muitos casos, dizem mais sobre intenção do que sobre as ações em si, embora muitas práticas condizentes com cada um deles sejam, sim, levadas a cabo. Combinados a outras condições contextuais que decidimos chamar todas de condições estruturais-estruturantes (tipos de governo e relações internacionais [relação diplomática e integração macroeconômica ao sistema-mundo capitalista-colonial]), os projetos políticos acabaram ocupando destaque na tipologia proposta para a definição dos tipos de relações que se desenrolam entre movimentos subalternos e Estado, que denominamos *padrões tendenciais de relações Estado-movimentos*. São dois os padrões: o *violento-hostile* o *integrativo-cooperado* (Oliveira, 2021).

Em relação ao primeiro, não é pouco imaginar que em uma situação limítrofe, esse padrão estará operando sob encerramento total da democracia, tal qual nas ditaduras latino-americanas, com altas taxas de violência e hostilidade estendidas à sociedade civil, portanto também aos movimentos subalternos. Já o padrão de relacionamentos Estado-movimentos subalternos de tipo integrativo-cooperado abre passo à análise da qualidade da participação; e essa poderá ser interpretada também como a qualidade da própria democracia. Importa dizer que uma hipotética experimentação radical deste padrão poderia representar um aprofundamento democrático de largo alcance, seja no seio do Estado seja no da sociedade civil. Por outro lado, ele também poderá ser experienciado de forma mais ou menos teatral, em diálogo com o que Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) chamaram de *confluência perversa* para explicar como projetos neoliberais se apropriam da linguagem da participação para finalidades outras que não as objetivadas pela participação como capacidade de decidir juntos (Estado e sociedade civil) (Pateman, 1992); obviamente, existem flutuações entre os dois extremos.

Diante destas reflexões, nos resta claro que para analisar a economia solidária brasileira seja pela abordagem das diferentes expressões do *buen vivir* (Faria, 2016) seja pela das autonomias, seja ainda pelo

³Dado o acirramento mundial da contradição capital-trabalho, com o capital avançando cada vez mais ferozmente sobre o trabalho, por um lado, e dado o patente fortalecimento das direitas de recorte conservador e autoritário que, em geral, do ponto de vista econômico representam o capital, arriscamos que cada vez será mais comum se falar de projetos neoliberais e autoritários como uma coisa só. Ou seja, já não será mais o caso de falarmos de projetos neoliberais ou autoritários, senão de *projetos neoliberais-autoritários*.

imbricamento de ambas, como preferimos, não podemos descartar que as ações autônomas e a experimentação do *buen vivir* são e ainda serão suscetíveis às mudanças contextuais referenciadas nos símbolos e materialidades dos Estados-nação e, além disso, também referenciadas pelas recorrentes e intermináveis reorganizações do tabuleiro geopolítico do sistema-mundo capitalista-colonial.

Nesta esteira, já caracterizados os governos de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro nos termos dos projetos políticos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), falta caracterizá-los de acordo com os padrões tendenciais de relações Estado-movimentos subalternos. Percebemos tais padrões, como: integrativo-cooperado durante os governos de Lula e Dilma; e violento-hostil durante os governos de Temer e, sobretudo, de Bolsonaro. Projetada a experiência do MESB desde 2003 em perspectiva contextual, o desafio de pensar os cenários futuros torna-se uma tarefa menos árdua e mais condizente com o passado, com o presente e com o próprio futuro. Como nos ocupamos com o passado e com algumas características do presente na seção que seguiu a introdução do texto, agora apresentaremos algumas reflexões sobre o futuro, com o objetivo de traçarmos cenários possíveis para a trajetória vindoura do MESB.

Entendemos que as eleições presidenciais do próximo ano, 2022, cumprirão um papel determinante seja para o MESB seja para os demais movimentos subalternos e mesmo para a população em geral. Embora apareça liderando todas as pesquisas de intenções de votos realizadas no último período, pode ser apressada uma projeção de cenários que considere como certa a vitória de Lula no pleito. Por mais que bastante desprestigiado e com sua popularidade ainda em queda, não seria correto descartar qualquer sorte de uma retomada do apoio popular de Bolsonaro⁴. Aqui o fator econômico pode jogar um papel que não seria surpreendente, mas que nem sempre é considerado. Com o avanço da campanha de vacinação contra a Covid-19, que tendencialmente poderá terminar como um fator estimulante à retomada do desenvolvimento econômico no país, há razoáveis chances de o cenário eleitoral sofrer

⁴ Importa mencionar que não há certeza de nossa parte em relação às candidaturas nem de Lula, nem de Bolsonaro para o pleito do próximo ano. A dinamicidade do processo político brasileiro do último período, demarcada, sobretudo, pelo Golpe de 2016, pela ascensão de Bolsonaro e pela prisão de Lula – que o impediu de concorrer nas eleições presidenciais de 2018 – impossibilita que façamos projeções de nomes que não terminem equivocadas. Por outro lado, é possível, entendemos, considerar que muito provavelmente, em termos de projetos políticos, as próximas eleições presidenciais no Brasil girarão em torno de dois projetos: o democrático-participativo e o neoliberal-autoritário.

importantes mudanças. Por outro lado, não podemos deixar de ver que as recentes mobilizações protagonizadas pela parcela da população que é crítica ao governo atual, assim como o caminhar da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 também são acontecimentos que podem cumprir o papel de reorganizar o cenário das eleições do próximo ano, nesse caso com tendência de enfraquecer ainda mais Bolsonaro e o seu campo político.

Diante destas ainda bastante imprevisíveis acomodações tanto políticas quanto econômicas, como poderá agir o MESB se se mantiver o contexto violento-hostil momento atual? E, como poderá se posicionar e agir o movimento se voltarmos a uma tendencial experiência de relação integrativa-cooperada com o possível retorno de um projeto democrático-participativo? Obviamente, não apresentaremos respostas acabadas, nosso objetivo é o de produzirmos elementos relevantes que possam servir de estímulo para que o movimento não cesse seus processos de reflexão e reorganização agora em pleno desenrolar por conta da construção e mobilização de sua VI Plenária Nacional.

Perguntamos: quais aprendizados da experiência do MESB (2003-momento atual) que poderão ser úteis para qualquer um dos dois cenários projetados? Uma primeira contribuição nossa é a que indica que, qualquer que seja o cenário eleitoral confirmado no próximo ano, o MESB não poderia abrir mão do que chamamos de autonomia *apesar do Estado*. É dizer: seja em um contexto democrático-participativo seja em um neoliberal-autoritário, o movimento de economia solidária brasileiro terá de exercitar sua capacidade de lucidez, reflexão e crítica para demandar do Estado mais direitos não só especificamente ligados aos temas da economia solidária, mas mais direitos no sentido da ampliação da cidadania, do combate à pobreza, da afirmação das mulheres, dos jovens, das populações negra, quilombola, indígena, pessoas com deficiência, ou seja, direitos que caminhem rumo a uma sociedade mais justa e solidária em sua integralidade. Essa não é uma tarefa simples já que implica a articulação dos mais diversos movimentos subalternos. A ação concreta aqui tem que ver com a pressão vinda das ruas e das redes sociais digitais para que qualquer que seja o novo governo, ele não adormeça sobre as demandas básicas da população.

Uma segunda reflexão nossa que mantém valor em qualquer um dos dois cenários é a que indica que as organizações e construções político-econômicas centradas no território e na comunidade, muitas vezes levadas a cabo *para além do Estado*, não podem mais acabar secundarizadas em nome de articulações centradas na participação

institucional de nível nacional. Isso não é o mesmo que dizer que estaria correto o movimento abrir mão da participação quando as oportunidades políticas se colocam. Acontece que a análise da experiência do MESB a partir de 2003 até a atualidade nos ensina que na dúvida sobre sua capacidade de articulação e organização, que se priorize a ação territorial-comunitária diante da nacional-estatal.

Após o Golpe de 2016 e o rebaixamento e posterior extinção da SENAES, o movimento se viu profundamente abalado, sem chão, já que boa parte de sua organização se dava com base em recursos públicos executados pelas EAF. Isso não significa dizer que não houve construção territorial-comunitária ou que as políticas públicas em nada resultaram. Significa, no entanto, que tanto as ações do MESB quanto as políticas não alcançaram o êxito desejado do ponto de vista da construção das condições para que o movimento já não dependesse de nenhum *agente externo* para sua permanência ao longo do tempo, pressuposto básico das mais variadas abordagens da economia solidária, assim como do *buen vivir*.

É claro que aqui existem importantes diferenças a depender de qual projeto terminar vencedor nas eleições presidenciais. Se o neoliberal-autoritário, por um lado as possibilidades de diálogo sociedade-Estado certamente seguirão nulas por indisposição de ambos os sujeitos; e, por outro lado, aumenta o desafio da radicalidade da solidariedade, da reciprocidade e da ajuda mútua já que muito provavelmente se tratará de outro governo nada sensível às condições de vida das populações subalternas. Se o democrático-participativo terminar vitorioso, o contexto tendencialmente muda, seja porque tratar-se-ia de um governo declaradamente aberto ao diálogo com os movimentos subalternos seja porque, supostamente, as urgências materiais seriam atendidas dada a histórica característica de compromisso, ainda que relativo, dos projetos democrático-participativos com as populações subalternas.

Este último cenário abre a chance de o movimento exercer um possível aprendizado que não se coloca no contexto violento-hostil da hipotética vitória do projeto neoliberal-autoritário. Ou seja, estamos falando daquele tipo de ação autônoma *com o Estado*, na qual o movimento precisa manter tanto sua capacidade de autodeterminação quanto de enraizamento e capilaridade territorial-comunitária, mas, priorizando também a disputa por dentro do Estado; trata-se de um desafio gigante que por sua complexidade não temos condições de prever se o MESB estaria preparado ou não para enfrenta-lo. Do ponto de vista institucional, que pela abordagem da mútua constituição sociedade-Estado, a qual nos filiamos, será sempre um ponto de vista institucional-societal – a economia solidária é prova disso dada a já mencionada sobreposição de afiliação de boa parte de seus militantes -, a disputa que

deveria ser encampada pelo MESB nos parece ser para que possíveis novas políticas públicas voltadas à economia solidária sejam formuladas, implementadas e acompanhadas considerando o que propõe Rita Segato (2012), por exemplo:

Qual seria, nesse caso, o melhor papel que o Estado poderia desempenhar? Certamente, apesar do caráter permanentemente colonial de suas relações com o território que administra, um bom Estado, longe de um Estado que impõe sua própria lei, será um Estado restituidor da jurisdição própria e do foro comunitário, garantia da deliberação interna, limitada por razões que se vinculam à própria intervenção e administração estatal [...]
(p.112).

No mesmo sentido, também contribui Álvaro García Linera (2009):

Apoiar o mais que se possa o desenvolvimento das capacidades organizativas autônomas da sociedade. Até aí vai a possibilidade do que pode fazer um Estado de esquerda, um Estado revolucionário. Ampliar a base operária e a autonomia do mundo operário, potenciar formas de economia comunitária onde há redes, articulações e projetos mais comunitaristas; sem controlá-los (p.21).

A partir do conjunto de reflexões apresentadas até aqui, nossa contribuição acerca da trajetória do MESB, que se busca tanto teórico-analítica quanto política, entende que se de 2003 até, pelo menos, 2015/2016 o MESB priorizou um tipo de ação com o Estado – privilegiando, por consequência, ações de inspiração socialista-estatista –, a mudança brusca de contexto político marcada pelo Golpe de 2016 passou a indicar a possibilidade de ações para além e apesar do Estado. Diante do dilema entre uma e outra forma de organização e de ação do MESB, dilema esse comum à diversidade de movimentos subalternos latino-americanos, nossas mais recentes investigações ao redor da experiência da economia solidária brasileira (Oliveira, 2021) indicam que pode ser frutífera a abordagem das autonomias. Tal abordagem consiste numa forma de ver e agir que não descarta nem as ações de caráter nacional-estatal (que focam o Estado, de inspiração socialista), nem as de caráter territorial-comunitário (inspiradas na perspectiva decolonial assim como, mais especificamente, no *buenvivir*).

A abordagem das autonomias, a nosso ver, é capaz de assegurar e mesmo de estimular processos de autorreflexão por parte do movimento, descartando assim argumentos simplistas que percebem uma certa ordem de causa e efeito – ou um caminho automatizado e fatal – entre a ação por dentro do Estado (participação institucional) e cooptação (Zibechi, 2007), como se todo movimento que decide participar institucionalmente ora ou outra acabasse cooptado pelo Estado. Queremos argumentar que tanto teórica quanto política e empiricamente (FBES, 2008; 2012) intensos processos de autorreflexão e autocrítica, garantidos pela lucidez coletiva (Castoriadis, 2008) do movimento, sustentam o diagnóstico de que as ações do MESB nunca foram ações simplesmente determinadas pelo Estado. Fosse assim, certamente estaríamos falando de um processo de cooptação.

Diante de todo o exposto, entendemos que a abordagem das autonomias poderia bem caminhar lado-a-lado com a do *buen vivir*, em um reencontro entre as dimensões econômica e política da vida, terminando como um certo *autogoverno popular-comunitário* que não se furta de perceber a concretude do Estado e os atravessamentos que ele impõe às dinâmicas dos movimentos subalternos (Oliveira, 2021). Esse autogoverno de característica popular e comunitária poderia se manifestar de três formas, seguindo aquele caminho das autonomias para além, apesar e com o Estado:

1. - Piñeiro, como referência para as experiências que pré-figuram no hoje e para além do Estado formas de viver que combinam práticas ancestrais com características próprias da temporalidade atual, focadas no bem estar humano e no da relação seres humanos-meio ambiente;
2. - Em segundo lugar, como núcleo organizativo na construção de táticas e estratégias de confrontos com o Estado na busca de reconhecimento e garantia de direitos que alcancem a diversidade cultural que é marca do Brasil;
3. - E, por último, como tentativa direta de democratização do Estado, empurrando para dentro de le práticas democráticas experienciadas em suas margens e que não podem terminar desperdiçadas do ponto de vista das lutas que contam com o Estado como um campo de lutas a ser ocupado e disputado.

Ou seja, essa experimentação da democracia como autogoverno popular-comunitário poderia garantir, através da participação efetiva da população nos processos de decisão sobre as suas próprias vidas e sobre elas em suas relações com a natureza, que os valores e pressupostos do

buen vivir e das autonomias avancem, seja para além, apesar ou com o Estado.

5. Reflexões finais

O MESB congregou a face instituída da perspectiva do Estado do Norte com os traços de movimentos subalternos típicos do Sul, com sua agenda – no caso da economia solidária – de construção contra-hegemônica de um modo de reprodução da vida em comum pautada na solidariedade, na autogestão e na integração com a natureza. Diante deste cenário, o nosso esforço no presente texto foi duplo: compreendermos a experiência brasileira –que passou por momentos muitos distintos de acordo com diferentes contextos político-governamentais– e produzir aportes teóricos que contribuam para a compreensão da autonomia dos movimentos, assim como para a prospecção de alternativas socialistas na América Latina, atendendo ao desafio mariáteguiano.

O *buen vivir* de certa forma atualiza o que Mariátegui propunha como sendo a cultura e o modo de produzir e viver típicos dos povos andinos a compor um genuíno socialismo na América Latina, de forma integrada, porém, não submissa a preceitos dualistas. Na trajetória de análise, a pluralização da perspectiva de *buen vivir* encontra ressonância possível com a das autonomias, contribuindo para a compreensão da realidade e das possibilidades do MESB. Ainda que o MESB tenha referido o *buen vivir* apenas em 2012 (por ocasião da última plenária realizada), inegavelmente a economia solidária se pauta sob os princípios do *buen vivir* em seu projeto político e econômico de sociedade. Portanto, buscar subsídios nas experiências políticas desenvolvidas em outros países latino-americanos em torno do *buen vivir* para inspirar análises em torno do MESB faz bastante sentido.

Nesta análise, relacionamos as três concepções de *buen vivir* com os tipos de autonomia, visando integrar a compreensão das formas de relação do MESB com o Estado aos possíveis rumos de perspectivas socialistas de desenvolvimento na América Latina. Como resultado, concluímos que acorrente *socialista e estatista* de *buen vivir* dialoga fortemente com o tipo de autonomia *com o Estado*, expresso pela aposta do MESB através da sua participação institucional na construção de novos arranjos e políticas públicas. Em comum está o fato de que parte dos autores e militantes da economia solidária também propunham a superação do capitalismo através da economia solidária. Se as experiências emblemáticas de análise desta corrente (Estados Plurinacionais de Equador e Bolívia) refluíram para um processo de

instrumentalização do Estado (Faria, 2016), no Brasil sequer houve tal processo. No câmbio de um governo democrático-participativo para um neoliberal (e depois um neoliberal-autoritário), a economia solidária simplesmente foi descartada porque não havia interesse ou algum tipo de relevância maior a ser disputada ou instrumentalizada como projeto de governo. Tal constatação não diminui a importância dos sujeitos que constituíram as instâncias governamentais tampouco as políticas públicas produzidas de forma inovadora, mas revela que o projeto contra-hegemônico de sociedade – materializado pela economia solidária – não chegou a adquirir alguma centralidade ou disputar concepções de desenvolvimento para o país a partir de sua participação ao longo de 13 anos nos governos democrático-participativos.

As outras duas correntes de *buen vivir*, ecologista e pós-desenvolvimentista e indigenista e pachamanista, são fontes menores de inspiração para análise do MESB no período instituído porque não consideram diretamente a ação estatal. Entretanto, podem contribuir para o desenho decenários possíveis. A corrente *ecologista e pós-desenvolvimentista*, ao apostar na construção participativa entre a diversidade de perspectivas ecológicas, feministas, cooperativistas e decoloniais, tende a uma ação *apesar do Estado*, considerando possibilidades de confrontos entre visões de mundo e projetos de sociedade, assim como disputas pelos meios de construção desses projetos. Esta perspectiva de análise contribui para pensarmos a necessidade de um novo ciclo político na sociedade brasileira de construção plural de propostas e práticas contra-hegemônicas que envolvam a diversidade de formatos de ação coletiva e de arranjos políticos não centrados no Estado.

Já a corrente *indigenista e pachamanista* se alinha com o tipo de autonomia *para além do Estado*, podendo, através da sua proposição de um comunismo primitivo, inspirar o MESB a agregar um conjunto imenso de comunidades (quilombolas, indígenas, periféricas) que constroem sua existência cotidiana através da reciprocidade no horizonte do movimento social.

Aqui o desafio mariateguiano nos convida a uma imersão nas tradições vernáculas, na memória coletiva, camponesa e popular, nas sobrevivências sociais e culturais da vida comunitária pré-capitalista, nas práticas de ajuda mútua e nas propriedades coletivas da comunidade rural. Posteriormente, Mariátegui nos instiga a propor formas inéditas de retornar às aprendizagens geradas na política institucionalizada, compondo novas sínteses desde suas próprias referências e desejos.

A partir do intercruzamento de análises do *buen vivir* e das autonomias – e mediante os diferentes cenários políticos brasileiros – concluímos que, se a centralidade no Estado pareceu uma opção inevitável ao

MESB, perspectivas decoloniais encarnadas no *buen vivir* sugerem outros caminhos aos desafios atuais. Olhar para além e apesar do Estado (mesmo sem perdê-lo de vista) e abrir-se para uma diversidade de sujeitos e práticas econômicas solidárias mostra-se um passo promissor no horizonte de futuras construções democráticas para uma sociedade justa e emancipada. Ainda que estas abordagens (para além e apesar do Estado) não descartem a interação MESB-Estado, reivindicam maior independência do movimento em relação ao Estado – por isso o questionamento dos gestores públicos serem parte do FBES – assim como dão maior atenção à processos de construção da autogestão e de autonomias na busca de uma economia solidária local e diversa (Collin, 2014) combinada àquele autogoverno popular-comunitário (Oliveira, 2021).

Referências

- Acosta, Alberto (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária Elefante.
- Artaraz, Kepa yCalestani, Melania (2015). Suma qamanã in Bolivia. Indigenous understandings of well-being and their contribution to a post-neoliberal paradigm. *Latin American Perspectives, Issue 204, Vol.42, No.5*.
- Ballestrin, Luciana (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política, Nº11. Brasília, Maio - Agosto*, 89–117.
- Brancaleone, Cassio (2019). “Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária”. In: López López, Erika et al. (Coords.). *Anticapitalismos y sociabilidades emergentes: experiencias y horizontes en Latinoamérica y el Caribe*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Castoriadis, Cornelius (2008). *El mundo fragmentado*. La Plata: Terramar.
- Coelho, Allan (2013). Aspectos do pensamento de Mariátegui e a perspectiva decolonial dos estudos de religião. *Estudos de Religião, Vol. 27, Nº 2* (julio-dezembro): 12-34.
- Collin, Laura (2012). *Economía Solidaria ¿capitalismo moralizador o movimiento contracultural?* México: El Colegio de Tlaxcala.
- Collin, Laura (2014). *Economía Solidaria: local y diversa*. México: El Colegio de Tlaxcala.
- Coraggio, José Luis (1998). *Economía urbana: La perspectiva popular*. Quito: Ediciones Abya-Yala.
- Coraggio, José Luis (2011). *Economía Social y Solidaria: El trabajo antes que el capital*. Quito-Ecuador: Nadesha Montalvo R.
- Dagnino, Evelina, Olvera, Alberto y Panfichi, Aldo (2006). *Para otra lectura de la disputa por la construcción democrática en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

- Dowbor, Monika W. (2012). *A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)*. Tese de Doutorado apresentada ao Doutorado em Ciência Política da FFLCH/USP.
- Dinerstein, Ana C. (2013). "Autonomía y Esperanza: la nueva gramática de la emancipación". In: Dinerstein, Ana Cecilia (Comp.). *Movimientos sociales y autonomía colectiva: la política de la esperanza en América Latina*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- Echeverría, Bolívar (2000). *La modernidad de lo barroco*. Ciudad de México: Ediciones Era.
- Estermann, Josef (2013). Ecosofía andina: un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de Vivir Bien. *Faia, Vol.II, No.IX-X*.
- Fals Borda, Orlando (2009). *Una sociología sentipensante para América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Faria, Carlos Aurélio Pimenta (2016). Sumak Kawsay ou Buen Vivir? Os novos fundamentos constitucionais nativos e a reforma das políticas sociais no Equador da "Revolução Cidadã". *Interseções, v. 18 n. 1, jun., p. 7-38*.
- FBES (2008). *Outra economia construindo outros desenvolvimentos*. Relatório final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/87356904-Iv-plenaria-nacional-de-economia-solidaria-relatorio-final.html>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- FBES (2012). *Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável*. Relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<https://fbes.org.br/download/documento-final-v-plenaria-es-pdf/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- Ferrarini, Adriane V. y Ramos, César Salinas (2021). El pensamiento de Mariátegui y la Economía Solidaria: Un diálogo contemporáneo. *Latin American Perspectives, no prelo*.
- Gaiger, Luiz Inácio y Grupo Ecosol (2014). *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos.
- García Linera, Álvaro (2009). *Forma valor y forma comunidad*. La Paz: CLACSO, Muela del diablo editores, Comuna.
- Gudynas, Eduardo (2011). Buen Vivir: Germinando Alternativas al Desarrollo. *América Latina en Movimiento, online*. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/48052>>. Acesso em: 02 out. 2015.
- Gudynas, Eduardo (2013). El Malestar Moderno con el Buen Vivir: Reacciones y Resistencias frente a una alternativa al desarrollo. *Ecuador Debate, n.88*.
- Hidalgo-Capitán, Antonio L. y Cubillo-Guevara, Ana P. (2014). Seis Debates Abiertos sobre el Sumak Kawsay. *Íconos Revista de Ciencias Sociales, n. 48*.
- Mariátegui, José Carlos (2007). *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Orbis Ventures S.A.
- Mariátegui, José Carlos (1970). *El alma matinal y otras estaciones del hombre de hoy*. Lima: Biblioteca Amauta.
- Mazzeo, Miguel (2014). *Introducción al poder popular: "el sueño de una cosa"*. Santiago: Tiempo robado.

- Oliveira, Gustavo M. de (2021). “Caminhar perguntando”: para além, apesar ou com o Estado? A construção de autonomias nos movimentos de economia solidária de Brasil e México. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no prelo.
- Oliveira, Gustavo M. de yDowbor, Monika W. (2018). As relações entre movimentos sociais e Estado pelo prisma da autonomia: uma revisão da bibliografia recente. *Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs*, de 22 a 26 de Outubro de 2018, Em Caxambu - MG., 1–19.
- Oliveira, Gustavo M. de yDowbor, Monika W. (2020a). Negar e construir a partir das ações de movimentos: três tipos de autonomias territoriais no México. *Polis, Revista Latinoamericana*, No. 56, p. 10-23.
- Oliveira, Gustavo M. de; Dowbor, Monika W. (2020b). Dynamics of Autonomous Action in Social Movements: From Rejection to Construction. *Latin American Perspectives*, Issue 234, Vol. 47 No. 5, September, 49-61.
- Pateman, Carole (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Recasens, Andreu V. (2014). Discursos “pachamamistas” versus políticas desarrollistas: el debate sobre elemento Sumak Kawsay en los Andes. *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, n.48; p.55-72.
- Sánchez Parga, José (2011). Discursos retrovolucionarios: Sumak Kausay, derechos de la naturaleza y otros pachamamismos. *Ecuador Debate*, no. 84, diciembre, pp. 31-50.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2002). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Segato, Rita L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos CES*, 18, 106–131.
- Silva, Marcelo K.; Oliveira, Gerson de L. (2011). A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Ano 13 , Nº 28, Set./Dez., 86–124.
- Souza, Marcelo L. de. (2006). Together with the state, despite the state, against the state: social movements as “critical urban planning” agents. *City*, Vol. 10, No. 3, December, p. 327-342.
- Souza, Marcelo L. de. (2017). *Por uma geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- Zavaleta, René (1986). *Lo nacional-popular en Bolivia*. México: Siglo XXI.
- Zibechi, Raúl (2007). *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Fondo Lima: Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales UNMSM.